

**TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE E O
MUNICÍPIO DE CAMPINAS.**

A FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, com sede na Rua da Imprensa, nº 16 - 5º andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-120, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.963.660/0002-42, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Reinaldo da Silva Veríssimo, inscrito no CPF 339.144.947-00, nomeado por Decreto Presidencial de 27/02/2014, publicado no DOU de 28/02/2014, na qualidade de Presidente Substituto, doravante denominada **CONCEDENTE** e **O MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, órgão público do poder executivo municipal, com endereço na Av. Anchieta, 200 – Centro, Campinas/SP, CEP: 13.015-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, neste ato representada por seu Prefeito, Jonas Donizette Ferreira, portador do RG nº 185673144 SSP/SP e do CPF nº 096.964.508-26, doravante denominada **CONVENIENTE**, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONVÊNIO**, sujeitando-se os partícipes às disposições contidas no Decreto nº 6.170, de 25.07.2007; na Portaria Interministerial nº 507 de 24.11.2011; na Lei 8.666, de 21.06.1993; na Lei nº 10.520, de 17.07.2002; no Decreto nº 3.555, de 08.08.2000; no Decreto nº 5.450, de 31.05.2005 e na Portaria Interministerial MP/MF nº 217, de 31.07.2006, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **CONVÊNIO** tem por objeto, mediante a conjugação de esforços dos partícipes, a realização do Projeto intitulado "**Aquisição de Partituras para a Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas**", conforme Proposta SICONV nº 039517/2016 e Plano de Trabalho constantes do processo Funarte nº 01530.001896/2016-94.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO TERMO DE REFERÊNCIA

Nos termos do art. 37, parte final, da Portaria Interministerial nº 507/2011, fica a conveniente obrigada a apresentar o respectivo Termo de Referência no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de assinatura do presente **CONVÊNIO**, sob pena de rescisão.

Parágrafo Primeiro - O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado, uma única vez e por igual período, desde que ocorra na vigência do convênio (§ 2º do art. 37 da Portaria Interministerial nº 507/2011).

Parágrafo Segundo - Recebido o Termo de Referência pela **CONCEDENTE**, esta procederá à sua análise, que se aprovado ensejará a adequação do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho referido na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, que passa a fazer parte integrante deste **CONVÊNIO**, independente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

1) À **CONCEDENTE** compete:

a) Orientar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos, cabendo-lhe especificamente acompanhar as atividades a serem executadas, verificar a exata aplicação dos recursos deste **CONVÊNIO** e avaliar seus resultados.

b) Promover o repasse dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso e conforme o disposto na **CLÁUSULA QUINTA**.

c) Prorrogar, de ofício, a vigência deste **CONVÊNIO**, na hipótese de atraso na liberação dos recursos, pelo estrito período correspondente ao atraso verificado.

d) Assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto deste **CONVÊNIO**, em caso de paralisação ou na ocorrência de fato relevante que possa comprometer a sua continuidade.

II) À **CONVENENTE** compete:

a) Aplicar os recursos repassados pela **CONCEDENTE** e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto do presente **CONVÊNIO** e de acordo com o Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

b) Restituir o eventual saldo de recursos à **CONCEDENTE**, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, se for o caso, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente **CONVÊNIO**.

c) Recolher à conta da **CONCEDENTE**, atualizado monetariamente, o valor correspondente ao percentual da contrapartida pactuada e não utilizada no objeto deste **CONVÊNIO**.

d) Nas aquisições e/ou contratações, observar os procedimentos estabelecidos para as licitações, previstos no Decreto nº 5.504, de 05.08.2005, que determina a utilização do Pregão, instituído pela Lei nº 10.520, de 17.07.2002, preferencialmente na modalidade eletrônica regulamentada pelo Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, de acordo com a Portaria Interministerial MP/MF nº 217, de 31.07.2006, nos casos em que couber.

e) Nas situações de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, obedecer ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, devendo a ratificação ser promovida pela instância máxima de deliberação da **CONVENENTE**, sob pena de nulidade, de acordo com o art. 1º, § 4º, do Decreto nº 5.504, de 05.08.2005 e Portaria Interministerial MP/MF nº 217, de 31.07.2006.

f) Nos contratos que celebrar, visando à execução deste **CONVÊNIO**, inserir cláusula que autorize o livre acesso dos servidores da **CONCEDENTE**, bem como os dos Órgãos de Controle Interno e Externo, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas.

g) autorizar o livre acesso dos servidores da **CONCEDENTE** e os do controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes ao convênio, bem como aos locais de execução do objeto;

h) incluir regularmente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SINCOV, as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial MPOG/SOF nº 507, de 24 de novembro de 2011, mantendo-os atualizados;

i) manter e movimentar os recursos referentes ao presente convênio na conta bancária especificamente aberta para a execução do presente ajuste.

j) não utilizar os recursos repassados em despesas não autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO** dar-se-á o valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), de acordo com a seguinte distribuição:

I) CONCEDENTE:

R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) à conta do Projeto/Atividade: 13392202720ZF0001; Plano Interno 6AUFM190001; Elemento de Despesa 334041; Fonte de Recursos 0100000000; Nota de Empenho nº 2016NE801183, de 30/12/2016.

II) CONVENENTE:

R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) correspondentes à contrapartida financeira.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente **CONVÊNIO**, desembolsados pela **CONCEDENTE** e os referentes à contrapartida financeira da **CONVENENTE**, serão mantidos na conta corrente especificamente aberta para fazer face ao ajuste.

Parágrafo Primeiro

Os saques dos recursos referidos nesta **CLÁUSULA** serão exclusivamente efetuados para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, permanecendo aplicados no mercado financeiro, nas hipóteses e prazos do art. 10, § 4º, do Decreto nº 6.170, 25.07.2007.

Parágrafo Segundo

Os pagamentos deverão ser realizados pela **CONVENENTE**, exclusivamente, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos seus fornecedores e/ou prestadores de serviços.

Parágrafo Terceiro

Os recursos transferidos, enquanto não utilizados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, na forma indicada no art. 4º do Decreto nº 6.170, de 25.07.2007.

Parágrafo Quarto

- Os rendimentos eventualmente auferidos serão obrigatoriamente computados a crédito do **CONVÊNIO** e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

A **CONCEDENTE** fará o acompanhamento da execução deste **CONVÊNIO**, além do exame das despesas, com avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos de que trata a prestação de contas referida na **CLÁUSULA OITAVA**, a fim de verificar a correta aplicação dos recursos e a obtenção de objetivos.

Parágrafo Primeiro

- Os servidores da **CONCEDENTE** ou quem ela indicar, bem assim os servidores do Sistema de Controle Interno a que se encontra ela subordinada e, ainda, os servidores do Tribunal de Contas da União, terão livre acesso, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

Parágrafo Segundo

- A **CONCEDENTE** exercerá a fiscalização e acompanhamento do projeto por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Portaria Interministerial nº 507/2011, verificando a compatibilidade entre a execução do objeto e as metas/etapas



estabelecidas no Plano de Trabalho, mediante visitação pessoal e por meio de análise aos relatórios gerenciais a serem apresentados pela **CONVENENTE**, além da verificação da utilização das logomarcas institucionais na divulgação do evento.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **CONVENENTE** ficará obrigada a prestar contas dos recursos recebidos no Sistema de Gestão de Convênio e Contratos de Repasse - SICONV da **CONCEDENTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do término da vigência deste convênio ou do dia do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência.

Parágrafo Primeiro

- A prestação de contas será composta, além dos documentos e informações apresentados pela **CONVENENTE** no SICONV, do seguinte:

I) Relatório de Cumprimento do Objeto;

II) Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

III) Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

IV) Relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;

V) Relação dos serviços prestados, quando for o caso;

VI) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e

VII) Termo de compromisso por meio do qual a **CONVENENTE** fica obrigada a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 20 (vinte) anos, por força de decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2009.34.00.026.027-5, da 17ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal.

Parágrafo Segundo

- As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, notas fiscais, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome da **CONVENENTE**, com a identificação do título e número deste **CONVÊNIO** e mantidos em arquivos em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da aprovação da tomada de contas pelo gestor da **CONCEDENTE**, pelo Tribunal de Contas da União, relativa ao exercício em que ocorreu a concessão, em virtude da decisão referida no item VII do parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro

- A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilita a **CONVENENTE** a participar de novos convênios, acordos ou ajustes com a Administração Federal, por prazo não inferior a 2 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A **CONVENENTE** compromete-se a restituir o valor transferido e recolher o valor da contrapartida pactuada, atualizados monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos perante a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:



- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação da prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente **CONVÊNIO**, ainda que em caráter de emergência;

Parágrafo Único

- Compromete-se, ainda, a **CONVENENTE**, a recolher à conta da **CONCEDENTE** o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referentes ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, nos casos de que trata o *caput* deste artigo, ainda que não tenha sido feita a aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada à **CONCEDENTE**, através dos órgãos responsáveis, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste **CONVÊNIO**.

Parágrafo Único

- No caso de paralisação, ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica, também, assegurado à **CONCEDENTE** a faculdade de assumir a execução do serviço, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente **CONVÊNIO** terá início em 30 de dezembro de 2016 e término em 26 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes na data de conclusão ou extinção do presente **CONVÊNIO** e que, em razão deste, tenham sido adquiridos ou produzidos com os recursos transferidos, serão de propriedade da **CONVENENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente **CONVÊNIO** poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Único

- O inadimplemento de quaisquer das cláusulas deste instrumento; a utilização de recursos em desacordo com o Plano de Trabalho; a aplicação de recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no parágrafo primeiro da CLÁUSULA SEXTA ou a falta de apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido ensejará a rescisão do **CONVÊNIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MODIFICAÇÃO

Este **CONVÊNIO**, ou seu Plano de Trabalho, somente poderá ser alterado mediante proposta da **CONVENENTE**, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo, antes do término de sua vigência, que vier a ser fixado pelo Ordenador de Despesas da **CONCEDENTE**, levando-se em conta o tempo necessário para análise e decisão.

Parágrafo Único

- É vedado o aditamento do **CONVÊNIO** com alteração do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

A **CONVENENTE** se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto deste **CONVÊNIO**, por qualquer meio ou forma, a identificação do GOVERNO FEDERAL, do MINISTÉRIO DA CULTURA e da FUNARTE, através



da aplicação das marcas oficiais disponíveis no site da **CONCEDENTE**, todas merecendo o mesmo destaque, respeitando, no que couber, a legislação eleitoral.

Parágrafo Único - Fica vedado às partes utilizar nos empreendimentos resultantes deste **CONVÊNIO**, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste **CONVÊNIO**, no Diário Oficial da União, será providenciada pela **CONCEDENTE** no prazo de até 20 (vinte) dias da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste **CONVÊNIO**, as partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por força do artigo 109 da Constituição Federal.

E por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo e fora dele.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2016.



Reinaldo da Silva Veríssimo
Diretor Executivo

**Fundação Nacional de Artes/FUNARTE
CONCEDENTE**


Jonas Donizette Ferreira
Prefeito

**Município de Campinas
CONVENENTE**

Testemunhas:


Nome: SABINA DE PAULA
CPF: 011020037-35


Nome: Jair Roberto Cassiani
CPF: 448.127.958-34





MINISTÉRIO DO TURISMO
Fundação Nacional de Artes

**1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 842247/2016
CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE
ARTES – FUNARTE E O MUNICÍPIO DE CAMPINAS**

Pelo presente Termo Aditivo ao Convênio nº 842247/2016, celebrado em 30/12/2016, a **FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE**, fundação pública vinculada ao Ministério do Turismo, com sede na Av. Presidente Vargas, nº 3131 - 17º andar, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.210-911, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.963.660/0002-42, neste ato representado por seu Presidente, Dante Henrique Mantovani, residente e domiciliado na Avenida Ademar de Barros 199 – JD Tennis Clube - Paraguaçu Paulista – SP CEP: 19.700 – 000 portador da carteira de identidade n 32.751.120-5 – SSP/SP e inscrito no CPF 215.813.408-93, nomeado pela nomeado pela Portaria nº 2.382, de 29 de novembro de 2019, do Ministério do Turismo, publicado no D.O.U de 02 de dezembro de 2019, Seção 2, página 1, doravante denominada **CONCEDENTE** e o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, órgão público do poder executivo municipal, com endereço na Av. Anchieta, 200 – Centro, Campinas/SP, CEP: 13.015-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, neste ato representada por seu Prefeito, Jonas Donizette Ferreira, portador do RG nº 185673144 SSP/SP e do CPF nº 096.964.508-26, doravante denominada **CONVENENTE**, **RESOLVEM** celebrar o presente instrumento, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes resolvem prorrogar o prazo de vigência, estabelecido na cláusula décima segunda do convênio original, passando a expirar em 13 de junho de 2020.

Parágrafo Único - Tendo vista a prorrogação acima estabelecida, o caput da cláusula décima segunda do instrumento original passa a ter o seguinte teor:

“Este Termo de Convênio terá vigência de 30 de dezembro de 2016 e término em 13 de junho de 2020, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do **CONVENENTE** devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término”.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - O extrato do presente Aditivo será publicado, pela **CONCEDENTE**, no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de sua assinatura.

E por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo e fora dele.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro 2020

Dante Henrique Mantovani
Presidente

**Fundação Nacional de Artes/FUNARTE
CONCEDENTE**


LEONIDAS JOSÉ DE OLIVEIRA
Diretor Executivo
Fundação Nacional de Artes


Jonas Donizette Ferreira
Prefeito
Município de Campinas
CONVENENTE

Testemunhas:

Nome:
CPF:


Flávio Emílio Rabetti
CPF 321.392.568-32


Nome: SABINO DE PAULA
CPF: 011020037-35



**Ministério do Turismo
Secretaria Especial de Cultura
Fundação Nacional de Artes**

**2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº
842247/2016 CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO
NACIONAL DE ARTES – FUNARTE E O
MUNICÍPIO DE CAMPINAS**

Pelo presente Termo Aditivo ao Convênio nº 842247/2016, celebrado em 30/12/2016, a **FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE**, fundação pública vinculada ao Ministério do Turismo, com sede na Av. Presidente Vargas, nº 3131 - 17º andar, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.210-911, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.963.660/0002-42, neste ato representado por seu Presidente, Lamartine Barbosa Holanda, residente e domiciliado na Rua Ministro Roberto Cardoso Alves nº 282 – Apto. 21, Santo Amaro – São Paulo/SP - CEP: 04.737-000, portador da carteira de identidade n 036.200.572-0 – MD e inscrito no CPF 363.508.930-34, nomeado pela Portaria nº 440, de 11 de setembro de 2020 do Ministério do Turismo, publicado no D.O.U de 14 de setembro de 2020, Seção 2, página 1, doravante denominada **CONCEDENTE** e o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, órgão público do poder executivo municipal, com endereço na Avenida Anchieta, 200, 8 andar – Centro. Campinas - SP. CEP: 13015-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Dario Jorge Giolo Saadi, portador do RG nº 9437332 SSP-SP e do CPF nº 102.384.108-89, doravante denominada **CONVENENTE**, **RESOLVEM** celebrar o presente instrumento, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes resolvem prorrogar o prazo de vigência, estabelecido na cláusula quarta do convênio original, passando a expirar em 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo Único

- Tendo vista a prorrogação acima estabelecida, o caput da cláusula quarta do instrumento original passa a ter o seguinte teor:

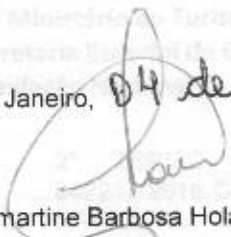
"Este Termo de Convênio terá vigência de 30 de dezembro de 2016 e término em 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do **CONVENENTE** devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término".

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - O extrato do presente Aditivo será publicado, pela **CONCEDENTE**, no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de sua assinatura.

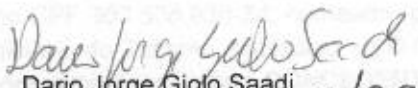
E por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo e fora dele.

Rio de Janeiro, 04 de Março de 2021.


Lamartine Barbosa Holanda
Presidente

Fundação Nacional de Artes/FUNARTE

CONCEDENTE

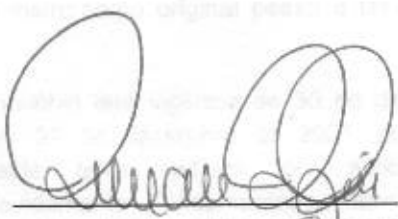

Dario Jorge Giolo Saadi
CPF: 102.304.108/09
Prefeito

Município de Campinas

CONVENENTE

Testemunhas:


Nome: _____
CPF: Flávio Emilio Rabetti
CPF 321.392.568-32


Nome: Vivian R. Reis
CPF: 939 982.367-91